

Relatório Anual de Informações

A administração da BRF Previdência, em cumprimento às determinações legais e ao Estatuto da Entidade, apresenta o Relatório Anual de Informações (RAI) do ano de 2017, acompanhado do Balanço Patrimonial, Demonstrações da Mutação do Patrimônio Social, Demonstrações do Ativo Líquido, Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido, Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa, Demonstrac o das Provisões Técnicas Atuariais dos Planos de Benefícios, Parecer dos Auditores Independentes, Pareceres Atuariais, Parecer do Conselho Fiscal e Manifesta o do Conselho Deliberativo com a aprova o das Demonstrações Contábeis.

1. Governança

A BRF Previdência é uma entidade fechada de previdência complementar (EFPC), de caráter não econ mico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Administra planos de benefícios patrocinados pela BRF S.A., SHB Comércio e Indústria de Alimentos S.A., Sociedade Esportiva e Recreativa Sadia - Sersadia, Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo BRF, Sinos dos Alpes Alimentos Limitada e pela própria BRF Previdência.

A Diretoria Executiva da BRF Previdência é composta por três diretores executivos, todos com certifica o para gestão de fundos de pensão e habilitados pela Previc.

O Conselho Deliberativo   constituído por seis membros titulares e seis suplentes, dentre os quais dois titulares e dois suplentes são eleitos pelos participantes e os demais indicados pelas patrocinadoras. O Conselho Deliberativo é o principal órgão de decisões estratégicas, políticas e diretrizes da Entidade. Os conselheiros deliberativos, conforme determina o da Previc, são habilitados para o exercício da fun o pelo Diretor Superintendente no que tange às experiências e requisitos necessários para exercício do cargo.

O Conselho Fiscal é composto por três membros titulares e três suplentes, dentre os quais um titular e um suplente são eleitos pelos participantes e os demais indicados pelas patrocinadoras. É o órgão de controle da Entidade, responsável pela fiscaliza o dos atos de gestão, emissão de parecer às demonstra es contábeis e encarregado pela emissão do relatório de controles internos e de aderência às normas em vigor e às políticas de investimentos. Os conselheiros fiscais, conforme determina o da Previc, são habilitados para o exercício da fun o pelo Diretor Superintendente no que tange às experiências e requisitos necessários para o exercício do cargo.

A BRF Previdência tem um Comit  de Investimentos que se reúne trimestralmente para avaliar e acompanhar o desempenho dos investimentos, propor estratégicas de a o e avaliar medidas, quando necessárias. Durante o ano de 2017 a frequência das reuniões do Comit  de Investimento foi bimestral, por determina o do Conselho Deliberativo.

A entidade conta ainda com estrutura de Auditoria Interna, trabalho que é realizado por consultores externos, estes contratados pelo Conselho Deliberativo.

Missão, Visão, Valores

A gestão da BRF Previdência adota os princípios estabelecidos nas suas declara es de Missão, Visão e Valores, nas rela es internas e externas do fundo de pensão com seus

participantes, patrocinadoras, funcionários e com as partes relacionadas. O Conselho Deliberativo aprovou no ano de 2017 alterações nas declarações de Missão e Visão da Entidade, ficando assim definidas:

Missão:

Administrar, com excelência, planos de previdência para assegurar benefícios aos participantes.

Visão:

Ser reconhecida por participantes, patrocinadores e sociedade pela competência, transparência e ética na gestão.

Valores:

- **Transparência:** *Estabelecemos relações abertas com as partes interessadas e disponibilizamos informações confiáveis.*
- **Ética:** *Conduzimos nossa gestão e relacionamentos pautados em princípios e valores éticos.*
- **Comprometimento:** *Somos comprometidos com a excelência das ações, com os resultados e com a satisfação dos participantes e patrocinadores.*
- **Respeito:** *Tratamos as pessoas com respeito, prezamos pela cordialidade e harmonia, e valorizamos as relações interpessoais.*
- **Excelência:** *Desenvolvemos e valorizamos a melhoria contínua dos processos para atingir os objetivos com competência e qualidade.*
- **Cidadania:** *Respeitamos a diversidade humana. Valorizamos as pessoas, a sustentabilidade e a responsabilidade social.*

2. Cenário Econômico

O ano foi marcado pela continuidade do crescimento da economia mundial. Economias de todas as regiões do globo mostraram sinais de retomada das taxas de crescimento no período, situação favorecida pelas taxas de juros nos países desenvolvidos que continuaram muito baixas e também pela manutenção dos níveis de inflação abaixo das metas estabelecidas em muitos países, principalmente na União Europeia, o que tem permitido a continuidade da política de expansão monetária adotada nos últimos anos com o objetivo de fazer com que a inflação atinja o patamar de 2% ao ano.

As perspectivas de elevação de taxas de inflação, mesmo que moderada, em decorrência do crescimento consistente da economia, superior a 3% ao ano, impulsionado pela política de expansão dos gastos do governo dos Estados Unidos e a redução de impostos para os setores produtivos têm sido um desafio para a tomada de decisão do Fed - Banco Central Americano - sobre a elevação das taxas de juros dos EUA, que tende a se intensificar nos próximos dois anos, podendo gerar impactos negativos nas economias dos países emergentes como o Brasil.

O crescimento mundial foi de 3,1% em 2017 e novamente teve a forte contribuição dos países emergentes. A China, segunda maior economia mundial, tem mantido a diminuição do crescimento de forma gradual, mas com indicadores superiores aos demais países do

globo, com exceção da Índia, que experimenta nos últimos dois anos a dianteira do crescimento mundial, superando os 7% no ano ante aos 6,9% da China, o que possibilitou a expansão dos emergentes superior a 4% em 2017.

Internamente, o ano de 2017 iniciou com a expectativa de baixo crescimento, taxa de inflação acima do centro da meta e continuidade do nível de desemprego, taxa indicativa de juros de 13,75% a.a., queda de arrecadação, mais o cenário de instabilidade política, ou seja, uma combinação de fatores bastante negativos do ponto de vista econômico. Na tentativa de reanimar a economia o governo adotou medidas como o saque das contas inativas do FGTS, alteração de limites de idades para saques de contas dos fundos PIS/PASEP, injeção de recursos que deu pequeno fôlego ao consumo, mais a reforma da legislação trabalhista, além da iniciativa, sem sucesso, de fazer a Reforma da Previdência.

A taxa de juros, utilizada como antídoto para debelar a inflação, começou a mostrar sua efetividade já no primeiro trimestre do ano, com indicadores que evidenciavam o fim do ciclo de alta da inflação e também a necessidade de o Banco Central ser mais efetivo na redução da Taxa Básica de Juros, como forma de sinalizar com o afrouxamento da política monetária em busca de melhoria do cenário econômico e conseqüente início de novo ciclo de crescimento.

Como a estabilidade da economia tem suas bases também na estabilidade política, esta é uma variável que ainda não se tem um horizonte de solução, situação que contribui de forma decisiva para a volatilidade do mercado interno, bem como repercutindo nas tomadas de decisões de investimentos e de início de novo ciclo sustentável de crescimento.

Mesmo diante desse quadro, o país encerrou o ano com pequena recuperação da atividade econômica, fruto das medidas tópicas do governo centradas no estímulo ao consumo, persistindo e ainda sem previsão de medidas de reequilíbrio fiscal, solução da crise dos Estados, o que mantém a percepção de risco e inviabilizando decisões de investimentos, à medida que a previsão de crescimento da dívida pública no médio prazo é atingir patamar superior a 90% do PIB. O quadro de estrangulamento das contas públicas (federal e dos estados) tem sido um sinalizador doloroso e revelador da necessidade de que sejam adotadas medidas capazes de estancar a crise financeira e de estimular a demanda de novos investimentos que possam ampliar as receitas fiscais.

Mesmo com as dificuldades, o cenário econômico para 2018 é de melhoria dos indicadores com perspectiva de crescimento superior a 3%, o que sinaliza a possibilidade de redução dos níveis de desemprego no final do período e pequeno fôlego nos níveis de arrecadação, mas ainda sendo mantido níveis elevados de déficits nas contas do Governo Federal, cenário que somente se vislumbra reversão em mais dois ou três anos.

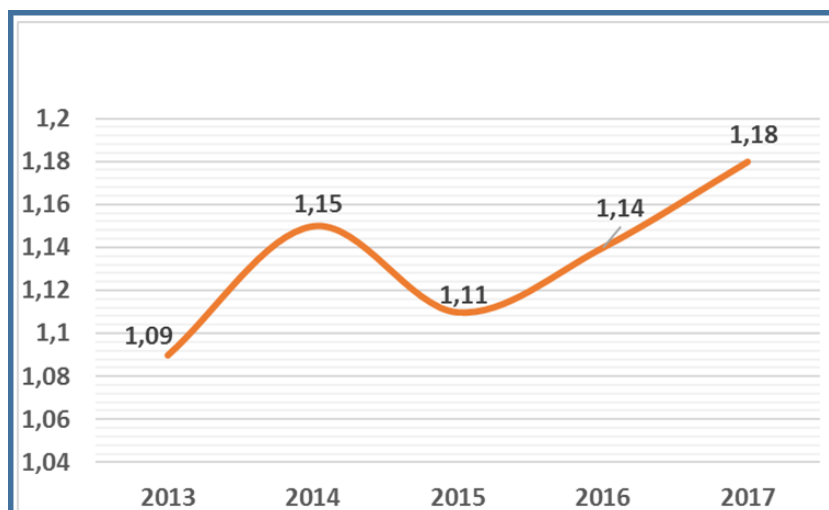
3. Rentabilidade dos Planos de Benefícios

Os resultados dos investimentos em 2017 foram positivos com retornos acima das metas atuariais em todos os planos de benefícios administrados pela BRF Previdência. Contribuiu para o resultado consolidado a redução da inflação e o ano positivo de renda variável, com o Ibovespa crescendo 26,9%, bem como o resultado dos investimentos em renda fixa que, com a queda da taxa de juros, possibilitou retornos maiores que as metas no resultado anual desse segmento.

Plano FAF

No resultado do Plano FAF houve a contribuição positiva de todos os segmentos de ativos, perfazendo a rentabilidade consolidada bem acima da meta atuarial.

O Plano rentabilizou em 2017, 10,9%, com resultado superior em 3,73 pontos percentuais à meta atuarial de 7,17%, INPC + 5%. Resultado expressivo que contribuiu para elevação do superávit de R\$ 334 milhões em 2016 para R\$ 452 milhões em 2017, equivalente a 18% das reservas matemáticas, o que significa mais solidez para o plano. O gráfico a seguir mostra o crescimento da razão de solvência do período de 2013 e 2017.



Planos I, II e III

Nos Planos I, II e III os resultados também foram positivos e acima do índice de referência, o que significa mais poupança para os participantes desses planos e perspectiva de maior valor mensal na hora de transformar as reservas em benefícios.

O Plano I teve rentabilidade no ano de 8,98%. O Plano II rentabilizou 9,13% e o Plano III rentabilizou 9,87%. Índices que superam a meta de rentabilidade estabelecida para os três Planos de 8,09%, correspondente ao IPCA do ano mais 5% de juros reais.

4. Destaques

Planejamento estratégico orienta ações entre 2017 e 2019

Por determinação do Conselho Deliberativo, foi realizado novo Planejamento Estratégico da BRF Previdência, o plano foi elaborado com a participação dos membros da Diretoria Executiva, de representação dos funcionários, da patrocinadora e do Conselho Deliberativo.

O planejamento resultou na aprovação de cinco objetivos principais para o próximo período: aumentar a base de participantes, ampliar o portfólio de produtos e serviços para os participantes, ter uma equipe capaz de atender os desafios da Entidade, aumentar a eficiência e produtividade e passar a ter o controle da gestão de tecnologia da informação.

As ações para atingir os objetivos traçados estão em curso e fazem parte do plano anual de atividades e acompanhamento permanente do Conselho Deliberativo.

8.100 funcionários aderem ao Plano III

A adesão ao Plano III continuou crescendo em 2017. As campanhas de adesão têm gerado resultados positivos na tarefa de incluir os empregados da BRF no Plano.

Compartilhamos o sucesso das iniciativas com pessoal dos RHs locais que lideraram as iniciativas e também com a patrocinadora que tem sido fundamental na divulgação do Plano e no incentivo à adesão junto a todos os colaboradores. Com as novas adesões nossa Entidade superou a marca de 54 mil participantes, o que a coloca entre os maiores fundos de pensão do país nesse quesito.

Escritório regional de Uberlândia inicia atividades

Unidade de Uberlândia, cidade do triângulo mineiro, passou a contar com os serviços do segundo escritório regional da BRF Previdência. Os resultados iniciais são bastante positivos. A iniciativa já melhorou o índice de adesão daquela unidade, mostrando que a facilidade de ter uma pessoa credenciada, com conhecimento sobre as regras do plano e benefícios, para orientar e convencer novas pessoas a aderirem ao benefício de previdência complementar ofertado pela empresa é importante para tomada de decisão dos colaboradores.

Informações no site e conferência trimestral agilizam comunicação com participantes

A novidade para o ano que se inicia sobre o acesso a informação é a decisão de realizar a partir do mês de abril de 2018 conferências trimestrais com os participantes para informar os principais dados, performance e ações da Diretoria Executiva na gestão dos planos de benefícios. A medida representa mais um canal de comunicação disponível a todos aqueles que queiram se inteirar sobre os números da entidade, além dos meios já conhecidos como jornal, revista e no nosso endereço eletrônico onde é possível ter todas as informações relevantes do que ocorre no dia a dia da BRF Previdência.

Além de disponibilizar mais uma ferramenta, foram tomadas medidas para tornar mais fácil a compreensão dos relatórios mensais de desempenhos dos planos com informações adicionais sobre rentabilidade, volume de recursos e comparação com outros indicadores.

Cartilha do Assistido

Para facilitar a compreensão dos participantes assistidos sobre as regras dos planos, benefícios e serviços foi elaborado material específico e remetido para cada um dos participantes. A Cartilha do Assistido abordou ainda temas relacionados à qualidade de vida, saúde, bem-estar, direitos dos aposentados e ações importantes para incorporação de hábitos saudáveis.

Novos estudos de ALM reforçam confiança na solidez do Plano FAF

Novo estudo de ALM (estudo que avalia os ativos do plano em comparação com seus compromissos, os benefícios), confirmou mais uma vez a solidez do Plano FAF, no qual ficou demonstrado que a possibilidade de se ter déficit no plano é muito baixa, próximo de zero, nos dez anos seguintes.

O estudo foi realizado pela terceira vez nos últimos cinco anos, como medida para acompanhar e comparar o desempenho dos ativos face às necessidades do plano a longo

prazo e também para subsidiar decisões de alocações dos ativos do plano observando as necessidades futuras de desembolso para pagamento de benefícios.

Estudo de macro alocação dos Planos I, II e III

Como medida prudencial também foram realizados estudos de macro alocação de ativos para as partes de Contribuição Definida dos Planos, mostrando adequação das atuais alocações na busca de rentabilidades adequadas para assegurar os benefícios dos participantes.

Programa de Educação Financeira comemora 5 anos

O Programa de Educação Financeira e Previdenciária da BRF Previdência - A Escolha Certa – comemorou 5 anos de existência no ano passado. O programa é uma experiência reconhecida entre os fundos de pensão, realizado em parceria com mais de 10 fundos de pensão do Estado de Santa Catarina. Para marcar a data foi realizada atividade comemorativa durante o VII Encontro de Previdência Complementar da Região Sul, ocorrido em Florianópolis, em julho de 2017.

Os participantes da BRF Previdência têm se destacado nas ações anunciadas pelo programa e muitos deles já receberam prêmios nas atividades realizadas.

5. Investimentos

Os investimentos consolidados da BRF Previdência, equivalentes à soma dos valores dos Recursos Garantidores dos planos administrados, são apresentados a seguir, tendo como referência 31/12/2017. Na primeira tabela são mostrados por segmento, conforme classificação da legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, o investimento nominal e o percentual do total alocado por segmento.

5.1 Total dos investimentos em 31.12.2017

Segmento	Valor (R\$ Mil)	% Recursos Garantidores
Renda Fixa	2.577.822	74,9
Renda Variável	369.370	10,7
Investimentos Estruturados	215.631	6,3
Investimentos no Exterior	5.943	0,2
Imóveis	249.408	7,2
Operações com Participantes	24.053	0,7
Total	3.442.227	100

5.1.1 Investimentos por plano de benefícios

Nas tabelas seguintes são apresentadas as distribuições dos investimentos por segmento para cada Plano administrado pela BRF Previdência, posição 31/12/2017.

Plano de Benefícios FAF

Segmento	Valor (R\$ Mil)	% Recursos Garantidores
Renda Fixa	2.201.088	73,9
Renda Variável	311.842	10,5

Investimentos Estruturados	191.362	6,4
Investimentos no Exterior	5.580	0,2
Imóveis	249.408	8,4
Operações com Participantes	20.318	0,7
Total	2.979.597	100,0

Plano de Benefícios I

Segmento	Valor (R\$ Mil)	% Recursos Garantidores
Renda Fixa	29.713	88,0
Renda Variável	2.704	8,0
Investimentos Estruturados	1.276	3,8
Investimentos no Exterior	18	0,1
Operações com Participantes	39	0,1
Total	33.750	100,0

Plano de Benefícios II

Segmento	Valor (R\$ Mil)	% Recursos Garantidores
Renda Fixa	209.800	79,6
Renda Variável	37.275	14,1
Investimentos Estruturados	14.997	5,7
Investimentos no Exterior	223	0,1
Operações com Participantes	1.297	0,5
Total	263.593	100,0

Plano de Benefícios III

Segmento	Valor (R\$ Mil)	% Recursos Garantidores
Renda Fixa	123.989	81,5
Renda Variável	17.549	11,5
Investimentos Estruturados	7.996	5,3
Investimentos no Exterior	121	0,1
Operações com Participantes	2.400	1,6
Total	152.056	100,0

Plano de Gestão Administrativa – PGA

Segmento	Valor (R\$ Mil)	% Recursos Garantidores
Renda Fixa	13.231	100,0
Total	13.231	100,0

5.2. Investimentos com gestão terceirizada

Os investimentos com gestão terceirizada, via fundos exclusivos, representam 21,6% do total dos recursos garantidores dos Planos em 31/12/2017. A seguir são apresentados, por

gestor, a distribuição de valores nominais em R\$ mil, os percentuais de cada gestor em relação ao total dos investimentos terceirizados em fundos exclusivos e os percentuais em relação ao total dos recursos garantidores totais dos Planos.

BRF Previdência - Gestão Terceirizada (Fundos de Investimento Exclusivos)			
Gestor	Valor (R\$ Mil)	% Gestão Terceirizada	% Recursos Garantidores totais
BRAM - Bradesco Asset Management	177.262	23,8	5,1
Itaú Asset Management	55.606	7,5	1,6
BRZ Investimentos	133.595	17,9	3,9
M Square Investimentos	115.590	15,5	3,4
Western Asset Management	263.039	35,3	7,6
Total da Gestão Terceirizada	745.093	100,0	21,6
Total dos Investimentos	3.442.227		

5.3 Resultado da Política de Investimentos do Plano FAF

A rentabilidade do Plano FAF refletiu o bom desempenho dos ativos no ano em comparação com sua meta atuarial. Os retornos ocorridos mostram resultados por segmento, na maioria, acima dos índices de referência e da meta atuarial INPC + 5% a.a., com resultado agregado que contribuiu para o aumento do superávit acumulado do Plano registrado no final do período. O quadro a seguir mostra os desempenhos dos investimentos em 2017, rentabilidade bruta e rentabilidade líquida, livres de despesas com gestão terceirizada, via fundos exclusivos, e das despesas administrativas do plano, e comparações dos desempenhos com meta atuarial e índices de referência, por segmento e no agregado, conforme indicado na Política de Investimentos do Plano.

Rentabilidades do Plano FAF, bruta e líquida, versus Meta e Índices de Referência (em %)

Segmento	Rentabil. Bruta	Rentabil. Líquida	Rent. Bruta vs Meta Atuarial	Rent. Líquida vs Meta Atuarial	Rent. Bruta vs Referência	Rent. Líquida vs Referência
Renda Fixa	10,9	10,7	3,5	3,3	0,6	0,5
Renda Variável	9,7	9	2,4	1,7	-15,7	-16,2
Investimentos Estruturados	16	15,9	8,3	8,2	3,6	3,5
Imóveis	13,8	13,8	6,2	6,1	6,2	6,1
Operações com Participantes	9,1	9	1,8	1,7	-1,9	-2
Total	11,1	10,9	3,7	3,5	3,7	3,5

Informações sobre a Política de Investimentos em vigor

A Política de Investimentos para o período 2017 a 2021, com orientações dadas nas tabelas adiante, define a estratégia de exposição e índices de referência (parâmetro de curto prazo para o ano) e metas de rentabilidade (parâmetros de longo prazo), por segmentos de ativos, face à necessidade de retorno a longo prazo para cumprimento das obrigações com os participantes, observado ainda, o Estudo de Gerenciamento de Ativos e Passivos (ALM) para o Plano.

Alocação e Limite por segmento de ativos em % Plano FAF

Segmento	Alocação DEZ/2017	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite	
				Inferior	Superior
Renda Fixa	73,9	100,0	73,7	65,0	90,0
Renda Variável	10,5	70,0	12,5	10,0	16,0
Investimentos Estruturados	6,4	20,0	5,5	4,0	7,0
Investimentos no Exterior	0,2	10,0	0,0	0,0	2,0
Imóveis	8,4	8,0	7,7	6,0	8,0
Operações com Participantes	0,7	15,0	0,6	0,5	2,0

Meta Atuarial, Índice de Referência e Meta de Rentabilidade por segmento – Plano FAF

Plano FAF - Índice de Referência e Meta de Referência por segmento		
Segmento	Índice de Referência	Meta de Rentabilidade
Renda Fixa	70% (IPCA + 6,1% a.a.) + 28% IMA-B5 + 2% CDI	INPC + 6,2% a.a.
Renda Variável	IBr-X + 2% a.a.	INPC + 10% a.a.
Investimentos Estruturados	120% do CDI	INPC + 7,8% a.a.
Investimentos no Exterior	MSCI World (em R\$)	INPC + 7,0% a.a.
Imóveis	INPC + 5,0% a.a.	INPC + 5,0% a.a.
Operações com Participantes	INPC + 9,0% a.a.	INPC + 6,6% a.a.
Plano - Meta Atuarial	INPC + 5,0% a.a.	INPC + 6,5% a.a.

5.4 Resultado da Política de Investimentos – Plano I

A rentabilidade do Plano I refletiu o bom desempenho dos ativos no ano. Os indicadores a seguir mostram resultados, na maioria, acima dos índices de referência, contribuindo para manter o retorno acumulado dos investimentos acima da meta de longo prazo de IPCA + 5% a.a. O Plano I conta com uma carteira de títulos mantida ao vencimento – Carteira ALM composta principalmente por títulos públicos federais com ativos equivalentes aos compromissos com os participantes assistidos. Mostram ainda, os desempenhos dos investimentos em 2017, rentabilidade bruta e rentabilidade líquida, livres de despesas com gestão terceirizada, via fundos exclusivos e das despesas administrativas do plano, e comparações dos desempenhos com meta atuarial e índices de referência, por segmento e no agregado, conforme indicado na Política de Investimentos do Plano.

Rentabilidades do Plano I parte CD, bruta e líquida, versus Meta e Índices de Referência (em %)

Segmento	Rentabil. Bruta	Rentabil. Líquida	Rent. Bruta vs Meta	Líquida vs Meta	Rent. Bruta vs Referência	Rent. Líquida vs Referência
Renda Fixa	11,7	11,1	3,3	2,7	1,5	0,9
Renda Variável	1,6	0,9	-6,0	-6,7	-21,9	-22,5
Investimentos Estruturados	14,5	13,9	5,9	5,4	2,2	1,7
Operações com Participantes	10,7	10,2	2,4	1,9	0,7	0,2
Total	9,6	9,0	1,4	0,8	1,4	0,8

Rentabilidades do Plano I parte BD, bruta e líquida, versus Meta e Índices de Referência (em %)

Segmento	Rentabil. Bruta	Rentabil. Líquida	Rent. Bruta vs Meta Atuarial	Rent. Líquida vs Meta Atuarial	Rent. Bruta vs Referência	Rent. Líquida vs Referência
Renda Fixa	9,2	9,1	1	0,9	-0,8	-0,9
Total	9,2	9,1	1	0,9	1	0,9

Informações sobre a Política de Investimentos em vigor

A Política de Investimentos 2017 a 2021, conforme informações nas tabelas adiante, define a estratégia de exposição, índices de referências (parâmetros de curto prazo, o ano) e Metas de Referência (parâmetros de longo prazo), por segmentos de ativos, face à necessidade de retorno de longo prazo para gerar reservas necessárias para os benefícios projetados, tendo como premissas a natureza do Plano, os riscos e a expectativa de prazo para início de concessão de benefícios.

Alocação e Limite por segmento de ativos em % Plano I

Segmento	Alocação DEZ/2017	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites	
				Inferior	Superior
Renda Fixa	88,0	100,0	87,3	76,0	95,0
Renda Variável	8,0	70,0	10,5	7,0	14,0
Investimentos Estruturados	3,8	20,0	2,0	0,0	4,0
Investimentos no Exterior	0,1	10,0	0,0	0,0	2,0
Imóveis	0,0	8,0	0,0	0,0	2,0
Operações com Participantes	0,1	15,0	0,2	0,0	2,0

Meta Atuarial, Índice de Referência e Meta de Rentabilidade por segmento – Plano I

Plano I - Índice de Referência e Meta de Referência por segmento		
Segmento	Índice de Referência	Meta de Rentabilidade
Renda Fixa	67% (IPCA + 6,0% a.a.) + 24% IMA-B5 + 9% CDI	IPCA + 6,0% a.a.
Renda Variável	IBr-X + 2% a.a.	IPCA + 10,0% a.a.
Investimentos Estruturados	120% do CDI	IPCA + 7,8% a.a.
Investimentos no Exterior	MSCI World (em R\$)	INPC + 7,0% a.a.
Operações com Participantes	IPCA + 6,8% a.a.	IPCA + 6,5% a.a.
Plano - Meta Atuarial	IPCA + 5,0% a.a.	IPCA + 6,3% a.a.

5.5 Resultado da Política de Investimentos – Plano II

A rentabilidade do Plano II também refletiu o bom desempenho dos ativos no ano. Os indicadores a seguir mostram resultados acima dos índices de referência, em sua maioria, contribuindo para a manutenção de retorno acumulado dos investimentos do Plano acima da meta de longo prazo de IPCA + 5% a.a. Mostram ainda, os desempenhos dos investimentos em 2017, rentabilidade bruta e rentabilidade líquida, livres de despesas com gestão terceirizada, via fundos exclusivos e das despesas administrativas do plano, e comparações dos desempenhos com meta atuarial e índices de referência, por segmento e no agregado, conforme indicado na Política de Investimentos do Plano.

Rentabilidades do Plano II, bruta e líquida, versus Meta e Índices de Referência (em %)

Segmento	Rentabil. Bruta	Rentabil. Líquida	Rent. Bruta vs Meta	Rent. Líquida vs Meta	Rent. Bruta vs Referência	Rent. Líquida vs Referência
Renda Fixa	11,4	11,1	3,1	2,8	0,6	0,3
Renda Variável	0,9	0,5	-6,6	-7	-22,4	-22,8
Investimentos Estruturados	14,7	14,5	6,1	5,9	2,4	2,2
Operações com Participantes	10,3	10	2	1,8	0,2	0
Total	9,5	9,1	1,3	1	1,3	1

Informações sobre a Política de Investimentos em vigor

A Política de Investimentos para o período 2017 a 2021, conforme informações nas tabelas adiante, define a estratégia de exposição, índices de referências (parâmetros de curto prazo para o ano) e Metas de Referência (parâmetros de longo prazo), por segmentos de ativos, face à necessidade de retorno para gerar reservas necessárias para os benefícios projetados no Plano, tendo como premissas a natureza do Plano, os riscos e a expectativa de prazo para início de concessão de benefícios.

Alocação e Limites por segmento de ativos % do Plano II

Segmento	Alocação DEZ/2017	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites	
				Inferior	Superior
Renda Fixa	79,6	100,0	77,0	66,0	87,0
Renda Variável	14,1	70,0	18,0	12,0	22,0
Investimentos Estruturados	5,7	20,0	4,0	2,0	7,0
Investimentos no Exterior	0,1	10,0	0,0	0,0	2,0
Imóveis	0,0	8,0	0,0	0,0	2,0
Operações com Participantes	0,5	15,0	1,0	0,0	2,0

Meta Atuarial, Índice de Referência e Meta de Rentabilidade por segmento – Plano II

Plano II - Índice de Referência e Meta de Referência por segmento		
Segmento	Índice de Referência	Meta de Rentabilidade
Renda Fixa	45% (IPCA + 6,2% a.a.) + 42% IMA-B5 + 13% CDI	IPCA + 6,1% a.a.
Renda Variável	IBr-X + 2% a.a.	IPCA + 10% a.a.
Investimentos Estruturados	120% do CDI	IPCA + 7,8% a.a.
Investimentos no Exterior	MSCI World (em R\$)	IPCA + 7,0% a.a.
Operações com Participantes	IPCA + 6,9% a.a.	IPCA + 6,5% a.a.
Plano - Meta Atuarial	IPCA + 5,0% a.a.	IPCA + 6,7% a.a.

5.6 Resultado da Política de Investimentos – Plano III

A rentabilidade do Plano III também refletiu o bom desempenho dos ativos no ano. Os indicadores a seguir mostram resultados acima dos índices de referência, em sua maioria, contribuindo para a manutenção de retorno acumulado dos investimentos do Plano acima da meta de longo prazo de IPCA + 5% a.a.

Mostram ainda, os desempenhos dos investimentos em 2017, rentabilidade bruta e rentabilidade líquida, livres de despesas com gestão terceirizada, via fundos exclusivos, e das despesas administrativas do plano, e comparações dos desempenhos com meta atuarial e

índices de referência, por segmento e no agregado, conforme indicado na Política de Investimentos do Plano.

Rentabilidades do Plano III, bruta e líquida, versus Meta e Índices de Referência (em %)

Segmento	Rentabil. Bruta	Rentabil. Líquida	Rent. Bruta vs Meta	Rent. Líquida vs Meta	Rent. Bruta vs Referência	Rent. Líquida vs Referência
Renda Fixa	11,9	11,4	3,5	3,1	0,6	0,1
Renda Variável	2,5	2	-5,2	-5,7	-21,2	-21,6
Investimentos Estruturados	17,3	17	8,5	8,2	4,7	4,4
Operações com Participantes	9,9	9,6	1,7	1,4	-0,1	-0,5
Total	10,3	9,9	2,1	1,6	2,1	1,6

Informações sobre a Política de Investimentos em vigor

A Política de Investimentos para o período 2017 a 2021, conforme informações nas tabelas adiante, define a estratégia de exposição, índices de referências (parâmetros de curto prazo para o ano) e Metas de Referência (parâmetros de longo prazo), por segmentos de ativos, face à necessidade de retorno para gerar reservas necessárias para os benefícios projetados no Plano, tendo como premissas a natureza do Plano, os riscos e a expectativa de prazo para início de concessão de benefícios.

Alocação e Limites por segmento de ativos em % do Plano III

Segmento	Alocação DEZ/2017	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites	
				Inferior	Superior
Renda Fixa	81,5	100,0	76,0	70,0	90,0
Renda Variável	11,5	70,0	18,0	12,0	22,0
Investimentos Estruturados	5,3	20,0	4,0	2,0	7,0
Investimentos no Exterior	0,1	10,0	0,0	0,0	2,0
Imóveis	0,0	8,0	0,0	0,0	2,0
Operações com Participantes	1,6	15,0	2,0	1,0	3,0

Meta Atuarial, Índices de Referência e Meta de Rentabilidade por segmento – Plano III

Plano III - Índice de Referência e Meta de Referência por segmento		
Segmento	Índice de Referência	Meta de Rentabilidade
Renda Fixa	27% (IPCA + 6,3% a.a.) + 55% IMA-B5 + 18% CDI	IPCA + 6,0% a.a.
Renda Variável	IBr-X + 2% a.a.	IPCA + 10% a.a.
Investimentos Estruturados	120% do CDI	IPCA + 7,8% a.a.
Investimentos no Exterior	MSCI World (em R\$)	IPCA + 7,0% a.a.
Operações com Participantes	IPCA + 6,9% a.a.	IPCA + 6,5% a.a.
Plano - Meta	IPCA + 5,0% a.a.	IPCA + 6,7% a.a.

5.7 Políticas de apreçamento dos ativos e gestão riscos

A BRF Previdência adota políticas de gestão de riscos, apreçamento de ativos, utilização de derivativos e política socioambiental comuns aos Planos I, II, III, ao Plano FAF e o PGA, tendo por base os requisitos da legislação vigente, os limites definidos pelo Conselho Deliberativo e Políticas estabelecidas na governança da Entidade e orientações dadas nas Políticas de Investimentos.

5.7.1 Utilização de Instrumentos Derivativos

É permitido o uso de derivativos nos Planos I, II e III e Plano FAF, desde que respeitados os limites, as restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 3792/2009 e regulamentações posteriores e na Política de Investimentos.

5.7.2 Apreçamento de Ativos Financeiros

Os preços dos ativos detidos via carteira própria e fundos exclusivos são definidos pelo custodiante Itaú Unibanco via metodologias presentes em seu Manual de Marcação a Mercado - Custódia e Controladoria de Fundos e Carteiras disponível no site da instituição (https://www.itaubr.com.br/_arquivosstaticos/SecuritiesServices/defaultTheme/PDF/ManualIPrecificacao.pdf). Os ativos admitidos à negociação são marcados a mercado considerando preços de negociações do dia, alinhados às referências dadas por instituições de mercado (B3, ANBIMA). Existem ativos (títulos públicos federais NTN-B) com intenção de serem mantidos até seus vencimentos, sendo seus preços indicados também pelo custodiante e obtidos por cálculos realizados considerando as taxas de juros dos títulos dadas na aquisição ou nas datas de transferências dos títulos para classificação mantidos até vencimento.

5.7.3 Gestão de Riscos

- **Risco de Mercado:** são indicados limites nas Políticas de Investimentos dos Planos para indicadores de risco de mercado (*VaR*, *Benchmark-VaR*) e realizados testes de estresse, existindo monitoramento e controle dos investimentos e dos indicadores;
- **Risco de Crédito:** análise por ativo com metodologia de análise de riscos subsidiada por *ratings* atribuídos por agências de classificação de risco (S&P, Moody's e Fitch); gestão terceirizada via fundos exclusivos e alocações em fundos abertos; com monitoramento e controle de evolução das emissões e emissores e exposição a títulos de crédito privado. As Políticas de Investimentos dos Planos indicam alocação em ativos com baixo risco de crédito para títulos privados, permitindo riscos fora do limite apenas em casos de reclassificação de risco após aquisição;
- **Risco de Liquidez:** existência de monitoramento do percentual de carteira disponível para negociação em um determinado horizonte de tempo, respeitando os investimentos adequados às obrigações de curto, médio e longo prazos por Plano. São indicados limites nas Políticas de Investimentos para índice de liquidez;
- **Risco Operacional:** são respeitadas alçadas estipuladas para negociação de ativos e sua operacionalização. As atribuições e responsabilidade dos envolvidos na gestão dos recursos estão formalizadas, existindo monitoramento dos processos de planejamento, execução e controle de investimento, com avaliações dos riscos de processos para melhoria dos controles, inclusive de auditoria externa e consultoria externa de controles internos;
- **Risco Legal:** avaliação e monitoramento dos investimentos via relatórios de conformidade que verificam as características dos ativos e a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à Política de Investimentos;
- **Risco Sistêmico:** mitigação via diversificação de setores e emissores na alocação de recursos. Procura-se diversificar os investimentos em diversas classes de ativos. Há concentração em títulos públicos federais com adequado risco de crédito;
- **Observação dos Princípios Socioambientais** - São observados preferencialmente, sem adesão a protocolos e regras.

6. Despesas administrativas e com a gestão dos investimentos

6.1 Composição das despesas administrativas consolidada e por Plano de Benefícios – PGA

As despesas administrativas no ano de 2017 foram de R\$ 12.496.591,43, representando 0,36% dos ativos. O quadro evidencia as despesas, por grupo e por plano, realizadas no exercício.

Despesas BRF Previdência - 2017					
Despesas administrativas					
	Consolidado	Plano I	Plano II	Plano III	Plano FAF
Pessoal e Encargos	8.022.580,05	84.471,00	648.862,90	272.681,00	7.016.565,15
Treinamentos/Congressos e Seminários	70.188,40	739,12	5.676,74	2.385,64	61.386,90
Viagens e Estádias	51.142,23	529,31	4.065,37	1.708,45	44.839,10
Serviços de Terceiros	2.588.232,38	64.440,79	367.489,48	120.599,12	2.035.702,99
Custódia	66.570,02	748,00	5.737,65	2.649,23	57.435,14
Taxas selic/cetip/cblc	36.383,87	4.766,39	5.356,45	4.787,68	21.473,35
Consultoria dos investimentos	119.474,37	1.257,95	9.663,06	4.060,87	104.492,49
Recursos Humanos	40.119,92	422,50	3.244,79	1.363,64	35.088,99
Informática	897.788,06	9.452,30	72.613,23	30.515,23	785.207,30
Consultoria atuarial	382.252,08	30.162,39	174.866,47	0,00	177.223,22
Gestão e planejamento estratégico	252.732,13	5.675,98	43.597,30	18.321,53	185.137,32
Consultoria jurídica	84.149,42	5.106,40	1.589,80	0,00	77.453,22
Auditoria externa	67.885,61	714,82	5.490,50	2.307,36	59.372,93
Despesas com divulgação e publicação	420.982,45	4.033,37	31.043,10	50.271,96	335.634,02
Guarda de documentos	94.094,52	776,26	4.112,48	2.045,64	87.160,14
Outros Serviços	125.799,93	1.324,43	10.174,65	4.275,98	110.024,87
Despesas Gerais	752.701,60	8.925,02	68.558,95	28.848,20	646.369,43
Tributos	858.590,78	14.360,33	72.367,88	48.548,80	723.313,77
Depreciações e Amortizações	153.155,99	3.917,71	31.562,73	14.408,85	103.266,70
Total	12.496.591,43	177.383,28	1.198.584,05	489.180,06	10.631.444,04

Programa de remuneração variável

BRF Previdência tem um programa de remuneração variável denominado de Bonificação por Atingimento de Metas para recompensar a todos os seus colaboradores. O programa é composto por metas individuais, coletivas e da Entidade. O critério para pagamento é o de atingimento de índice mínimo, a partir do qual é paga a bonificação em parcela única anual.

6.2 Despesas com a gestão dos investimentos por plano de benefícios

Plano de Benefícios FAF

PLANO FAF - DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	
1. Administração Própria	4.161
1.1. Pessoal e Encargos Sociais	2.796
1.2. Custódia e Controladoria	350
1.3. Cetip/Selic/CBLC	110
1.4. Consultoria de Investimentos	104
1.5. Tributos	179
1.6. Outras Despesas	621
2. Administração Terceirizada	4.177
2.1. Taxa de Administração	3.258
2.2. Taxa de Performance	354
2.3. Custódia e Controladoria	84
2.4. Corretagens	147
2.5. Cetip/Selic/CBLC	173
2.6. Taxa Anbid	23
2.7. Taxa de Fiscalização CVM	107
2.8. Auditoria	32
Total dos Custos (1 + 2)	8.339

Valores em R\$ mil

Plano de Benefícios I

PLANO I - DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	
1. Administração Própria	78
1.1. Pessoal e Encargos Sociais	34
1.2. Custódia e Controladoria	5
1.3. Cetip/Selic/CBLC	29
1.4. Consultoria de Investimentos	1
1.5. Tributos	2
1.6. Outras Despesas	8
2. Administração Terceirizada	21
2.1. Taxa de Administração	14
2.2. Taxa de Performance	2
2.3. Custódia e Controladoria	1
2.4. Corretagens	2
2.5. Cetip/Selic/CBLC	2
2.6. Taxa Anbid	0
2.7. Taxa de Fiscalização CVM	1
2.8. Auditoria	0
Total dos Custos (1 + 2)	99

Valores em R\$ Mil

Plano de Benefícios II

PLANO II - DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	
1. Administração Própria	420
1.1. Pessoal e Encargos Sociais	259
1.2. Custódia e Controladoria	36
1.3. Cetip/Selic/CBLC	31
1.4. Consultoria de Investimentos	10
1.5. Tributos	21
1.6. Outras Despesas	64
2. Administração Terceirizada	227
2.1. Taxa de Administração	143
2.2. Taxa de Performance	19
2.3. Custódia e Controladoria	8
2.4. Corretagens	23
2.5. Cetip/Selic/CBLC	19
2.6. Taxa Anbid	2
2.7. Taxa de Fiscalização CVM	10
2.8. Auditoria	2
Total dos Custos (1 + 2)	647

Valores em R\$ Mil

Plano de Benefícios III

PLANO III - DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	
1. Administração Própria	191
1.1. Pessoal e Encargos Sociais	109
1.2. Custódia e Controladoria	18
1.3. Cetip/Selic/CBLC	28
1.4. Consultoria de Investimentos	4
1.5. Tributos	7
1.6. Outras Despesas	25
2. Administração Terceirizada	173
2.1. Taxa de Administração	119
2.2. Taxa de Performance	11
2.3. Custódia e Controladoria	7
2.4. Corretagens	11
2.5. Cetip/Selic/CBLC	14
2.6. Taxa Anbid	2
2.7. Taxa de Fiscalização CVM	8
2.8. Auditoria	1
Total dos Custos (1 + 2)	364

Valores em R\$ Mil

6.3 Despesas com fundos exclusivos (R\$)

Despesas	BRF Prev Instit. FIRFCP	Bradesco FIA Salu- bre	M Square Ações Brfprev FICFIA	Bradesco FIRFCP Brfprev	BR2 FIRFCP	BFPP Mul- tim. FIC FI	Western Asset Inst. 50 Ações FIA
Taxa de Administração	707.248	212.091	1.330.012	350.569	653.764	194.775	84.971
Taxa de Performance	0	0	0	0	386.035	0	0
Custódia	28.553	5.763	14.337	17.535	14.785	13.581	5.953
Corretagens	0	121.901	0	0	0	0	61.594
Cetip/Selic/CBLC	46.494	26.096	21.821	33.865	33.917	20.828	24.570
Taxa Anbid	7.292	2.628	3.822	3.822	3.822	3.183	2.633
Taxa de Fiscal. CVM	33.187	12.888	11.062	22.124	22.124	10.270	13.828
Auditoria	7.360	4.541	5.942	5.500	7.130	0	4.610
Rateio por Plano (em %)							
Plano FAF	100,0	100,0	100,0	100,0	90,0	17,9	41,4
Plano I	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	3,3	2,8
Plano II	0,0	0,0	0,0	0,0	5,9	37,1	37,9
Plano III	0,0	0,0	0,0	0,0	3,4	41,8	17,9

7. Seguridade - Planos de Benefícios

A BRF Previdência administra quatro Planos de Benefícios nas seguintes modalidades:

- Plano de Benefícios I (fechado para adesões) - Contribuição Variável (CV);
- Plano de Benefícios II (fechado para adesões) - Contribuição Variável (CV);
- Plano de Benefícios III (aberto para adesões desde 01/10/2011) – Contribuição Definida (CD);
- Plano de Benefícios FAF (fechado para adesões) - Benefício Definido (BD).

Quadro de Participantes

A BRF Previdência encerrou o ano de 2017 com 54.176 participantes, distribuídos em quatro planos de benefícios conforme quadro abaixo:

Participantes- 2017	Plano I	Plano II	Plano III	Plano FAF	Total
Ativos	794	4269	32764	6504	44331
Autopatrocinos	15	169	213	1292	1689
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	664	378	563	102	1707
Assistidos	47	66	11	6325	6449
Total	1520	4882	33551	14223	54176

Valor dos Benefícios Pagos

A BRF Previdência realizou o pagamento de R\$ 123,91 milhões em benefícios aos seus aposentados e pensionistas em 2017 e R\$ 32,62 milhões relativos às opções dos participantes pelos institutos de Resgate de contribuições e Portabilidade, totalizando R\$ 156,53 milhões, conforme quadros abaixo:

Benefícios pagos

Benefícios pagos em 2017 (RS)	Plano I	Plano II	Plano III	Plano FAF	Total
Aposentadoria Normal/Tempo de Contribuição	494.469,81	2.028.120,36	278.152,80	101.100.870,82	103.901.613,79
Aposentadoria Especial	0,00	0,00	0,00	3.267.597,87	3.267.597,87
Aposentadoria por Idade	0,00	0,00	0,00	409.823,65	409.823,65
Aposentadoria Antecipada	323.949,49	1.250.436,50	109.666,31	0,00	1.684.052,30
Aposentadoria por Invalidez	18.447,05	0,00	5.318,72	3.393.026,98	3.416.792,75
Pagamentos Únicos	12.309,23	67.857,51	4.351,46	0,00	84.518,20
Benefício Proporcional Diferido	43.638,88	583.880,92	0,00	33.246,00	660.765,80
Pensão por morte	183.426,35	20.634,63	42.927,67	10.241.875,62	10.488.864,27
Total	1.076.240,81	3.950.929,92	440.416,96	118.446.440,94	123.914.028,63

Opção por Institutos

Institutos- 2017 (R\$)	Plano I	Plano II	Plano III	Plano FAF	TOTAL
Resgates de Contribuições	962.041,12	13.915.418,99	7.767.286,66	2.655.102,85	25.299.849,62
Portabilidades (Saída)	0,00	4.593.742,45	2.726.991,31	0,00	7.320.733,76
Total	962.041,12	18.509.161,44	10.494.277,97	2.655.102,85	32.620.583,38

Valor da contribuição previdencial para os Planos de Benefícios

O total dos recursos vertidos para os planos de benefícios administrados pela BRF Previdência, mediante contribuições dos participantes e das patrocinadoras, portabilidades foi de R\$ 52,14 milhões, conforme demonstração a seguir:

Receitas Previdenciárias - 2017	Plano I	Plano II	Plano III	Plano FAF	Total
Participantes - Básica	150.220,18	4.269.723,81	17.652.859,23	0,00	22.072.803,22
Participantes - Suplementar	20.576,64	1.299.614,37	2.129.824,75	0,00	3.450.015,76
Patrocinadora - Normal	175.534,66	4.269.870,83	17.652.859,23	0,00	22.098.264,72
Patrocinadora - Específica/Especial	2.132,59	249.356,96	0,00	0,00	251.489,55
Autopatrocinados	109.661,06	2.497.131,54	1.438.091,77	0,00	4.044.884,37
Portabilidades (entrada)	0,00	53.925,08	173.266,89	0,00	227.191,97
TOTAL	458.125,13	12.639.622,59	39.046.901,87	0,00	52.144.649,59

8. Estudo de adequação das hipóteses atuariais, econômicas e financeiras

A consultoria Willis Towers Watson, responsável pela elaboração dos pareceres atuariais, se posicionou acerca da aderência das hipóteses e métodos atuariais dos planos de benefícios. Os principais pontos são apresentados a seguir e seus inteiros teores se encontram disponíveis na área de autoatendimento na nossa página na internet.

8.1 Hipóteses e métodos atuariais

8.1.1 Plano de Benefícios FAF

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a BRF Previdência e conta com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios FAF, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Atuariais	2017	2016
Taxa real anual de juros	5,0% a.a.	5,0% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	0,65% a.a.	0,65% a.a.
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0% a.a.	0% a.a.
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a.	0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
– Salários	97%	97%
– Benefícios do plano	97%	97%
– Benefícios do INSS	97%	97%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic, segregada por sexo	AT-2000 Basic, segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB-1944 Modificada, segregada por sexo	RRB-1944 Modificada, segregada por sexo
Rotatividade	Experiência FAF Ajustada 2016	Experiência FAF Ajustada 2016
Entrada em aposentadoria	100% na primeira idade elegível à aposentadoria normal	100% na primeira idade elegível à aposentadoria normal
Idade de entrada no INSS	Menor entre 20 anos, se homem, e 25 anos, se mulher, e a idade na data de admissão	Menor entre 20 anos, se homem, e 25 anos, se mulher, e a idade na data de admissão
Composição de família de pensionistas		
– Benefícios concedidos		
– Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
– Pensionistas	Vitalício e Temporário mais novo informado	Vitalício e Temporário mais novo informado
– Benefícios a conceder		
– Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem
– Probabilidade de casados na aposentadoria	81%	81%

Probabilidade de opção pelos institutos na data de desligamento

– Salários até R\$ 2.500,00		
– BPD	6%	6%
– Resgate/Portabilidade	72%	72%
– Autopatrocínio	22%	22%
– Salários entre R\$ 2.500,00 e R\$ 5.000,00		
– BPD	4%	4%
– Resgate/Portabilidade	45%	45%
– Autopatrocínio	51%	51%
– Salários acima de R\$ 5.000,00		
– BPD	1%	1%
– Resgate/Portabilidade	10%	10%
– Autopatrocínio	89%	89%

8.1.2 Plano de Benefícios I

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a BRF Previdência e conta com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios I, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015.

Por ser o Plano de Benefícios I estruturado na modalidade de contribuição definida durante o período de acumulação das reservas, as provisões matemáticas de benefícios a conceder se igualam aos saldos de conta formados pelas contribuições acrescidas do retorno de investimentos. Sendo assim, não cabe a utilização de quaisquer hipóteses para determinação destes compromissos.

Para a apuração das provisões matemáticas de benefícios concedidos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Atuariais	2017	2016
Taxa real anual de juros	5,0% a.a.	5,0% a.a.
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a.	0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
– Benefícios do plano	97%	97%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic, segregada por sexo	AT-2000 Basic, segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Composição familiar		
– Benefícios concedidos		
– Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
– Pensionistas	Vitalício e temporário mais novo informado	Vitalício e temporário mais novo informado

8.1.3 Plano de Benefícios II

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a BRF Previdência e conta com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios II, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015.

Por ser o Plano de Benefícios II estruturado na modalidade de contribuição definida durante o período de acumulação das reservas, as provisões matemáticas de benefícios a conceder se igualam aos saldos de conta formados pelas contribuições acrescidas do retorno de investimentos. Sendo assim, não cabe a utilização de quaisquer hipóteses para determinação destes compromissos.

Para a apuração das provisões matemáticas de benefícios concedidos na forma de renda vitalícia, foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Atuariais	2017	2016
Taxa real anual de juros	5,0% a.a.	5,0% a.a.
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a.	0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
– Benefícios do plano	97%	97%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic, segregada por sexo	AT-2000 Basic, segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Composição familiar		
– Benefícios concedidos		
– Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
– Pensionistas	Vitalício e temporário mais novo informado	Vitalício e temporário mais novo informado

8.1.4 Plano de Benefícios III

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

Por ser o Plano de Benefícios III estruturado na modalidade de contribuição definida, as provisões matemáticas se igualam aos saldos de conta formados pelas contribuições acrescidas do retorno de investimentos. Assim sendo, não cabe a utilização de quaisquer hipóteses para determinação dos compromissos correspondentes, com exceção da capacidade salarial de 100% para apuração das contribuições estimadas para o próximo exercício.

8.2 Aderência das Taxas de Juros

8.2.1 Plano de Benefícios FAF

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,57% a.a. para o plano de benefícios. Com um intervalo de confiança de 73% a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação dos ativos do plano é compatível com a taxa real de juros de 5,00% a.a. (taxa adotada na avaliação atuarial de 2016). Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 375 para esse plano (limite inferior: 4,37% e limite superior: 6,64%).

8.2.2 Plano de Benefícios I

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,61% a.a. para o plano de benefícios. Não foram observados cenários estocásticos em que a TIR ficou abaixo de 5,00% a.a. (taxa adotada na avaliação atuarial de 2016). Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 375 para esse plano (limite inferior: 4,38% e limite superior: 6,66%).

8.2.3 Plano de Benefícios II

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,57% a.a. para o plano de benefícios. Com um intervalo de confiança de 77%, a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação dos ativos do plano é compatível com a taxa real de juros de 5,00% a.a. (taxa adotada na avaliação atuarial de 2016). Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 375 para esse plano (limite inferior: 4,38% e limite superior: 6,66%).

8.2.4 Plano de Benefícios III

O Plano III é um plano de contribuição definida. Acumula o patrimônio dos participantes em regime de capitalização financeira. A taxa de juros utilizada para projeção dos benefícios é referencial e não tem natureza atuarial. Para este tipo de plano a legislação não prevê estudos para verificação de aderência da taxa de juros de referência.

8.3 Resultados Superavitários ou deficitários dos planos de benefícios

8.3.1 Plano de Benefícios FAF

O Plano FAF encerrou o ano de 2017 com superávit acumulado no valor de R\$ 452,19 milhões, tendo havido variação positiva em relação ao ano de 2016, resultado decorrente da valorização de ativos. O superávit acumulado representa 18% dos reservas matemáticas, o que demonstra a manutenção do equilíbrio, bem como capacidade para cumprir os compromissos assumidos.

A Willis Towers Watson, consultoria contratada pela BRF Previdência, se posicionou em relação ao equilíbrio do Plano conforme segue:

- Reserva de Contingência

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{provisão matemática}$, o que for menor.

Considerando que a duração do passivo apurada em 31/12/2017 do Plano de Benefícios FAF foi de 13,40 anos, o limite de 23,40% das provisões matemáticas passa a ser o valor máximo a ser alocado em reserva de contingência. Sendo assim, foi alocado na reserva de contingência a totalidade do superávit equivalente à R\$ 452.193.423,56, cujo valor é inferior ao limite de 23,40% das provisões matemáticas. Desta forma, não há reserva especial para revisão do plano em 31/12/2017.

- Conclusão do parecer atuarial

O aumento do Superávit no exercício de 2017 ocorreu devido às variações favoráveis ocorridas no patrimônio do plano neste período.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios FAF da BRF Previdência, informamos que o plano encontra-se solvente em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

8.3.2 Plano de Benefícios I

O Plano I apresentou resultado superavitário de R\$ 2,95, milhões. O plano, pela primeira vez, ultrapassou o limite de superávit para alocação em reserva de contingência, tendo sido constituída Reserva Especial para Revisão do Plano no valor de R\$ 121.052,78. A Willis Towers Watson apresentou o posicionamento que segue sobre o plano:

- Reserva de Contingência

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{provisão matemática}$, o que for menor.

Ressaltamos que as provisões matemáticas para o cálculo do limite da reserva de contingência consideram a provisão matemática relativa à parcela de benefício definido do plano deduzida da provisão matemática a constituir.

Considerando que a duração do passivo apurada em 31/12/2017 do Plano de Benefícios I foi de 10,42 anos, o limite de 20,42% das provisões matemáticas passa a ser o valor máximo a ser alocado em reserva de contingência (R\$ 2.829.846,48). Sendo assim, o valor do superávit que ultrapassou o limite em 31/12/2017 foi alocado na reserva especial para revisão do plano (R\$ 121.052,78).

- Conclusão do parecer atuarial

O aumento do Superávit no exercício de 2017 ocorreu devido à redução observada no passivo atuarial e às variações favoráveis ocorridas no patrimônio do plano neste período.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios I da BRF Previdência, informamos que o plano encontra-se solvente em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

8.3.3. Plano de Benefícios II

O Plano II apresentou resultado superavitário de R\$ 554,07 mil. O plano, pela primeira vez, ultrapassou o limite de superávit para alocação em reserva de contingência, tendo sido constituída Reserva Especial para Revisão do Plano no valor de R\$ 31.508,14. A Willis Towers Watson apresentou o posicionamento que segue sobre o plano:

- Reserva de Contingência

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{provisão matemática}$, o que for menor.

Ressaltamos que as provisões matemáticas para o cálculo do limite da reserva de contingência consideram a provisão matemática relativa à parcela de benefício definido do plano e à provisão matemática a constituir.

Considerando que a duração do passivo apurada em 31/12/2017 do Plano de Benefícios II foi de 10,52 anos, o limite de 20,52% das provisões matemáticas passa a ser o valor máximo a ser alocado em reserva de contingência (R\$ 522.562,11). Sendo assim, o valor do superávit que ultrapassou o limite em 31/12/2017 foi alocado na reserva especial para revisão do plano (R\$ 31.508,14).

- Conclusão do parecer atuarial

O aumento do Superávit no exercício de 2017 ocorreu devido às variações favoráveis ocorridas no patrimônio do plano neste período.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios II da BRF Previdência, informamos que o plano encontra-se solvente em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

8.3.4 Plano de Benefícios III

O Plano III é de contribuição definida. Acumula o patrimônio dos participantes em regime de capitalização financeira, não apresentando resultado superavitário ou deficitário. A rentabilidade positiva ou negativa é refletida diretamente na cota do plano, a qual mensura os valores acumulados de reservas de cada participante do plano. A Willis Towers Watson apresentou o posicionamento que segue sobre o plano:

- Conclusão do parecer atuarial

Apesar do Plano de Benefícios III ser um plano de contribuição definida e, portanto, não possuir benefícios cuja provisão e custeio sejam determinados atuarialmente, este parecer atuarial foi elaborado para apresentar os resultados da avaliação atuarial com custos e provisões.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios III da BRF Previdência, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

* A íntegra dos pareceres atuariais dos planos de benefícios I, II, III e FAF encontram-se disponibilizados no endereço eletrônico da BRF Previdência www.brfprevidencia.com.br, na área de Autoatendimento.

9. Balanço Patrimonial

Os ativos administrados pela BRF Previdência totalizaram R\$ 3,450 bilhões, relativos aos Planos I, II e III, o Plano FAF e o Plano de Gestão Administrativa - PGA, conforme segue:

BRF Previdência			
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO			
(Em milhares de Reais)			
ATIVO	Nota	Exercício findo em	
		31.12.17	31.12.16
DISPONÍVEL	4	280	238
REALIZÁVEL		3.450.361	3.248.727
Gestão Previdencial	5	4.253	3.289
Gestão Administrativa	6	981	1.483
Investimentos	7	3.445.127	3.243.955
Títulos Públicos		1.833.307	1.720.978
Créditos Privados e Depósitos		59.954	101.123
Ações		107.212	141.338
Fundos de Investimento		1.168.016	1.009.959
Investimentos Imobiliários		252.552	248.749
Empréstimos e Financiamentos		24.086	21.808
PERMANENTE	8	304	448
Imobilizado		120	139
Intangível		184	309
TOTAL DO ATIVO		3.450.945	3.249.413

BRF Previdência			
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO			
(Em milhares de Reais)			
PASSIVO	Nota	Exercício findo em	
		31.12.17	31.12.16
EXIGÍVEL OPERACIONAL		9.491	28.670
Gestão Previdencial	9	4.917	3.296
Gestão Administrativa	10	1.395	1.603
Investimentos	11	3.179	23.771
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL		36	39
Gestão Previdencial	12	36	39
PATRIMÔNIO SOCIAL		3.441.418	3.220.704
Patrimônio de Cobertura do Plano		3.415.943	3.190.291
Provisões Matemáticas	13	2.960.245	2.854.715
Benefícios Concedidos		1.606.623	1.480.866
Benefícios a Conceder		1.353.622	1.373.910
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		-	(61)
Equilíbrio técnico	14	455.698	335.576
Resultados realizados		455.698	335.576
Superávit Técnico Acumulado		455.698	335.576
Fundos		25.475	30.413
Fundos Previdenciais	15.1	8.772	14.095
Fundos Administrativos	15.2	13.122	13.058
Fundos de investimentos	15.3	3.581	3.260
TOTAL DO PASSIVO		3.450.945	3.249.413

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL			
(Em milhares de Reais)			
	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.17	31.12.16	
A) Patrimônio Social – Início do Exercício	3.220.704	2.911.617	10,62
1. Adições	392.664	483.640	(18,81)
Contribuições previdenciais	43.063	58.826	(26,80)
Resultado positivo líquido dos investimentos – gestão previdencial	336.713	411.131	(18,10)
Constituição líquida de contingências - gestão previdencial	6	59	(89,83)
Receitas administrativas	11.346	11.739	(3,35)
Resultado positivo líquido dos investimentos – gestão administrativa	1.215	1.538	(21,00)
Constituição de fundos de investimentos	321	347	(7,49)
2. Destinações	(171.950)	(174.553)	(1,49)
Benefícios	(159.454)	(163.491)	(2,47)
Despesas administrativas	(12.496)	(11.062)	12,96
3. Acréscimo/decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	220.714	309.087	(28,59)
Provisões Matemáticas	105.530	230.086	(54,13)
Superávit Técnico do exercício	120.122	82.228	46,08
Fundos Previdenciais	(5.323)	(5.790)	(8,07)
Fundos Administrativos	64	2.216	(97,11)
Fundos dos Investimentos	321	347	(7,49)
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	3.441.418	3.220.704	6,85

*As notas explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e estão disponíveis no endereço eletrônico da BRF Previdência: www.brfprevidencia.com.br, na área de autoatendimento.

Demonstrações do Ativo Líquido, Mutações do Ativo Líquido, das Provisões Técnicas e do Plano de Gestão Administrativa por plano de benefícios

Plano de Benefícios FAF

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) - PLANO DE BENEFÍCIOS FAF			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.17	31.12.16	
1. Ativos	2.994.764	2.837.836	5,53
Disponível	17	22	(22,73)
Recebível	12.008	12.294	(2,33)
Investimento	2.982.739	2.825.520	5,56
Títulos Públicos	1.577.066	1.509.453	4,48
Créditos Privados e Depósitos	59.954	101.123	(40,71)
Ações	85.792	113.101	(24,15)
Fundos de Investimento	987.042	833.871	18,37
Investimentos Imobiliários	252.552	248.749	1,53
Empréstimos e Financiamentos	20.333	19.223	5,77
2. Obrigações	5.043	25.941	(80,56)
Operacional	5.038	25.930	(80,57)
Contingencial	5	11	(54,55)
3. Fundos não previdenciais	15.471	15.470	0,01
Fundo Administrativo	11.997	12.234	(1,94)
Fundos dos Investimentos	3.474	3.236	7,35
5. Ativo Líquido(1-2-3)	2.974.250	2.796.425	6,36
Provisões Matemáticas	2.520.328	2.459.296	2,48
Superavit Técnico	452.193	332.783	35,88
Fundos Previdenciais	1.729	4.346	(60,22)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	452.193	332.783	35,88
b) Ajuste de precificação	117.252	120.610	(2,78)
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	569.445	453.393	25,60

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) - PLANO DE BENEFÍCIOS FAF			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.17	31.12.16	
A) Ativo Líquido – Início do Exercício	2.796.425	2.539.160	10,13
1. Adições	305.824	371.599	(17,70)
Contribuições	7.020	7.184	(2,28)
Resultado positivo líquido dos Investimentos – gestão previdencial	298.798	364.361	(17,99)
Reversão líquida de contingências – gestão previdencial	6	54	(88,89)
2. Destinações	(127.999)	(114.334)	11,95
Benefícios	(121.457)	(107.602)	12,88
Custeio administrativo	(6.542)	(6.732)	(2,82)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	177.825	257.265	(30,88)
Provisões Matemáticas	61.032	172.888	(64,70)
Fundos Previdenciais	(2.617)	2.997	(187,32)
Superavit Técnico do exercício	119.410	81.380	46,73
B) Ativo Líquido – Final do Exercício (A+3)	2.974.250	2.796.425	6,36
C) Fundos não previdenciais	15.471	15.470	0,01
Fundo administrativo	11.997	12.234	(1,94)
Fundo dos investimentos	3.474	3.236	7,35

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS (DPT) - PLANO DE BENEFÍCIOS FAF			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação
	31.12.17	31.12.16	(%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	2.982.767	2.825.602	5,56
1. Provisões Matemáticas	2.520.328	2.459.296	2,48
1.1. Benefícios Concedidos	1.558.393	1.436.234	8,51
Contribuição Definida	448	431	3,94
Benefício Definido	1.557.945	1.435.803	8,51
1.2. Benefício a Conceder	961.935	1.023.062	(5,97)
Contribuição Definida	1.022	921	100,00
Saldo de contas - Parcela Patrocinador(es)	814	716	13,69
Saldo de contas - Parcela Participantes	208	205	1,46
Benefício Definido	960.913	1.022.141	(5,99)
2. Equilíbrio Técnico	452.193	332.783	35,88
2.1. Resultados Realizados	452.193	332.783	35,88
Superavit Técnico Acumulado	452.193	332.783	35,88
Reserva de Contingência	452.193	332.783	35,88
3. Fundos	5.203	7.582	(31,38)
3.1. Fundos Previdenciais	1.729	4.346	(60,22)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.474	3.236	7,35
4. Exigível Operacional	5.038	25.930	(80,57)
4.1. Gestão Previdencial	1.879	2.164	(13,17)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	3.159	23.766	(86,71)
5. Exigível Contingencial	5	11	(54,55)
5.1. Gestão Previdencial	5	11	(54,55)

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO DE BENEFÍCIOS FAF			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação
	31.12.17	31.12.16	(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	12.234	10.403	17,60
1. Custeio da Gestão Administrativa	10.394	11.305	(8,06)
1.1. Receitas	10.394	11.305	(8,06)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	6.542	6.737	(2,89)
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.302	2.700	(14,74)
Taxa de Administração de Empréstimos	420	382	9,95
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.130	1.449	(22,02)
Outras Receitas	-	37	(100,00)
2. Despesas Administrativas	(10.631)	(9.470)	12,26
2.1. Administração Previdencial	(6.852)	(5.931)	15,53
2.1.1. Despesas Comuns	(5.857)	(4.869)	20,29
2.1.2. Despesas Específicas	(995)	(1.062)	(6,31)
Viagens e estadias	(1)	-	100,00
Serviços de terceiros	(299)	(327)	(8,56)
Despesas Gerais	(109)	(132)	(17,42)
Depreciações e amortizações	(42)	(50)	(16,00)
Tributos	(544)	(553)	(1,63)
2.2. Administração dos Investimentos	(3.779)	(3.529)	7,08
2.2.1. Despesas Comuns	(3.500)	(2.883)	21,40
2.2.2. Despesas Específicas	(279)	(646)	(56,81)
Serviços de terceiros	(90)	(422)	(78,67)
Depreciações e amortizações	(10)	(10)	-
Tributos	(179)	(214)	(16,36)
2.3. Outras Despesas	-	(10)	(100,00)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	(4)	100,00
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1+2+3+4+5)	(237)	1.831	(112,94)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(237)	1.831	(112,94)
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	11.997	12.234	(1,94)

Plano de Benefícios I

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) - PLANO DE BENEFÍCIOS I			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação
	31.12.17	31.12.16	(%)
1. Ativos	34.246	33.929	0,93
Disponível	1	2	(50,00)
Recebível	496	118	320,34
Investimento	33.749	33.809	(0,18)
Títulos Públicos	24.592	23.378	5,19
Ações	1.105	1.457	(24,16)
Fundos de Investimento	8.014	8.927	(10,23)
Empréstimos e Financiamentos	38	47	(19,15)
2. Obrigações	158	866	(81,76)
Operacional	127	838	(84,84)
Contingencial	31	28	10,71
3. Fundos não previdenciais	136	44	209,09
Fundo Administrativo	134	43	211,63
Fundos dos Investimentos	2	1	100,00
5. Ativo líquido(1-2-3)	33.952	33.019	2,83
Provisões Matemáticas	25.991	26.042	(0,20)
Superavit Técnico	2.951	2.350	25,57
Fundos Previdenciais	5.010	4.627	8,28
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	2.951	2.350	25,57
b) Ajuste de precificação	980	879	11,49
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	3.931	3.229	21,74

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) - PLANO DE BENEFÍCIOS I			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação
	31.12.17	31.12.16	(%)
A) Ativo Líquido – Início do Exercício	33.019	32.125	2,78
1. Adições	3.419	4.484	(23,75)
Contribuições	529	401	31,92
Resultado positivo líquido dos Investimentos – gestão previdencial	2.890	4.078	(29,13)
Reversão líquida de contingências – gestão previdencial	-	5	(100,00)
2. Destinações	(2.486)	(3.590)	(30,75)
Benefícios	(2.254)	(3.489)	(35,40)
Custeio administrativo	(232)	(101)	129,70
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	933	894	4,36
Provisões matemáticas	(51)	(76)	(32,89)
Fundos previdenciais	382	515	(25,83)
Superavit técnico do exercício	601	455	32,09
B) Ativo Líquido – Final do Exercício (A+3)	33.952	33.019	2,83
C) Fundos não previdenciais	136	44	209,09
Fundo administrativo	134	43	211,63
Fundo dos Investimentos	2	1	100,00

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS (DPT) - PLANO DE BENEFÍCIOS I			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação
	31.12.17	31.12.16	(%)
PROVISÕES TÉCNICAS	34.112	33.886	0,67
1. Provisões Matemáticas	25.991	26.042	(0,20)
1.1. Benefícios Concedidos	13.858	14.063	(1,46)
Benefício Definido	13.858	14.063	(1,46)
1.2. Benefício a Conceder	12.133	12.004	1,07
Contribuição Definida	12.133	12.004	1,07
Saldo de contas - Parcela Patrocinador(es)	6.110	6.065	0,74
Saldo de contas - Parcela Participantes	6.023	5.939	1,41
1.3. (-) Provisões Matemáticas a constituir	-	(25)	(100,00)
(-) Serviço passado	-	(25)	(100,00)
(-) Patrocinador(es)	-	(25)	(100,00)
2. Equilíbrio Técnico	2.951	2.350	25,57
2.1. Resultados Realizados	2.951	2.350	25,57
Superavit Técnico Acumulado	2.951	2.350	25,57
Reserva de Contingência	2.830	2.350	20,43
Reserva para revisão do plano	121	-	100,00
3. Fundos	5.012	4.628	8,30
3.1. Fundos Previdenciais	5.010	4.627	8,28
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	2	1	100,00
4. Exigível Operacional	127	838	(84,84)
4.1. Gestão Previdencial	127	838	(84,84)
5. Exigível Contingencial	31	28	10,71
5.1. Gestão Previdencial	31	28	10,71

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO DE BENEFÍCIOS I			
<i>(Em milhares de reais)</i>			
	Exercício findo em		Variação
	31.12.17	31.12.16	(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	43	37	16,22
1. Custeio da Gestão Administrativa	269	168	60,12
1.1. Receitas	269	168	60,12
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	232	101	129,70
Custeio Administrativo dos Investimentos	31	60	(48,33)
Taxa de Administração de Empréstimos	1	1	-
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	5	6	(16,67)
Outras Receitas	-	-	-
2. Despesas Administrativas	(178)	(162)	9,88
2.1. Administração Previdencial	(127)	(79)	60,76
2.1.1. Despesas Comuns	(71)	(61)	16,39
2.1.2. Despesas Específicas	(56)	(18)	211,11
Serviços de terceiros	(39)	(9)	333,33
Despesas Gerais	(2)	-	100,00
Depreciações e amortizações	(2)	(2)	-
Tributos	(13)	(7)	85,71
2.2. Administração dos Investimentos	(51)	(81)	(37,04)
2.2.1. Despesas Comuns	(42)	(36)	16,67
2.2.2. Despesas Específicas	(9)	(45)	(80,00)
Serviços de terceiros	(6)	(40)	(85,00)
Depreciações e amortizações	(1)	(2)	100,00
Tributos	(2)	(3)	(33,33)
2.3. Outras Despesas	-	(2)	(100,00)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobre/insuficiência da Gestão Administrativa (1+2+3+4+5)	91	6	1.416,67
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	91	6	1.416,67
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	134	43	211,63

Plano de Benefícios II

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) - PLANO DE BENEFÍCIOS II			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação
	31.12.17	31.12.16	(%)
1. Ativos	264.652	258.118	2,53
Disponível	20	22	(9,09)
Recebível	1.057	1.325	(20,23)
Investimento	263.575	256.771	2,65
Títulos Públicos	159.469	138.097	15,48
Ações	15.484	20.412	(24,14)
Fundos de Investimento	87.325	97.355	(10,30)
Empréstimos e Financiamentos	1.297	907	43,00
2. Obrigações	386	2.954	(86,93)
Operacional	386	2.954	(86,93)
3. Fundos não previdenciais	255	380	(32,89)
Fundo Administrativo	210	369	(43,09)
Fundos dos Investimentos	45	11	309,09
5. Ativo líquido(1-2-3)	264.011	254.784	3,62
Provisões Matemáticas	263.126	252.679	4,13
Superavit Técnico	554	443	25,06
Fundos Previdenciais	331	1.662	(80,08)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	554	443	25,06
b) Ajuste de precificação	83	77	7,79
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	637	520	22,50

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) - PLANO DE BENEFÍCIOS II			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação
	31.12.17	31.12.16	(%)
A) Ativo Líquido – Início do Exercício	254.784	255.498	(0,28)
1. Adições	32.415	45.617	(28,94)
Contribuições	9.866	12.796	(22,90)
Resultado positivo líquido dos investimentos – gestão previdencial	22.549	32.821	(31,30)
2. Destinações	(23.188)	(46.331)	(49,95)
Benefícios	(22.597)	(45.768)	(50,63)
Custeio Administrativo	(591)	(563)	4,97
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	9.227	(714)	(1.392,30)
Provisões matemáticas	10.447	767	1.262,06
Fundos previdenciais	(1.331)	(1.874)	(28,98)
Superavit técnico do exercício	111	393	(71,76)
B) Ativo Líquido – Final do Exercício (A+3)	264.011	254.784	3,62
C) Fundos não previdenciais	255	380	(32,89)
Fundo administrativo	210	369	(43,09)
Fundo dos Investimentos	45	11	309,09

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS (DPT) - PLANO DE BENEFÍCIOS II			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação
	31.12.17	31.12.16	(%)
PROVISÕES TÉCNICAS	264.442	257.749	2,60
1. Provisões Matemáticas	263.126	252.679	4,13
1.1. Benefícios Concedidos	31.872	28.264	12,77
Contribuição Definida	29.325	25.916	13,15
Benefício Definido	2.547	2.348	8,48
1.2. Benefício a Conceder	231.254	224.451	3,03
Contribuição Definida	231.254	224.451	3,03
Saldo de contas - Parcela Patrocinador(es)	100.338	97.086	3,35
Saldo de contas - Parcela Participantes	130.916	127.365	2,79
1.3. (-) Provisões Matemáticas a constituir	-	(36)	(100,00)
(-) Serviço passado	-	(36)	(100,00)
(-) Patrocinador(es)	-	(36)	(100,00)
2. Equilíbrio Técnico	554	443	25,06
2.1. Resultados Realizados	554	443	25,06
Superavit Técnico Acumulado	554	443	25,06
Reserva de Contingência	523	443	18,06
Reserva para Revisão do Plano	31	-	100,00
3. Fundos	376	1.673	(77,53)
3.1. Fundos Previdenciais	331	1.662	(80,08)
3.2. Fundos dos Investimentos	45	11	309,09
4. Exigível Operacional	386	2.954	(86,93)
4.1. Gestão Previdencial	384	2.953	(87,00)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2	1	100,00

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO DE BENEFÍCIOS II			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação
	31.12.17	31.12.16	(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	369	316	16,77
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.040	1.081	(3,79)
1.1. Receitas	1.040	1.081	(3,79)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	592	564	4,96
Custeio Administrativo dos Investimentos	401	456	(12,06)
Taxa de Administração de Empréstimos	18	10	80,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	29	50	(42,00)
Outras Receitas	-	1	(100,00)
2. Despesas Administrativas	(1.199)	(1.028)	16,63
2.1. Administração Previdencial	(835)	(602)	38,70
2.1.1. Despesas Comuns	(542)	(486)	11,52
2.1.2. Despesas Específicas	(293)	(116)	152,59
Serviços de terceiros	(205)	(45)	355,56
Despesas Gerais	(19)	(1)	1.800,00
Depreciações e amortizações	(18)	(20)	(10,00)
Tributos	(51)	(50)	2,00
2.2. Administração dos Investimentos	(364)	(386)	(5,70)
2.2.1. Despesas Comuns	(324)	(288)	12,50
2.2.2. Despesas Específicas	(40)	(98)	(59,18)
Serviços de terceiros	(10)	(66)	(84,85)
Depreciações e amortizações	(9)	(8)	12,50
Tributos	(21)	(24)	(12,50)
2.3. Outras Despesas	-	(40)	(100,00)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobre/insuficiência da Gestão Administrativa (1+2+3+4+5)	(159)	53	(400,00)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(159)	53	(400,00)
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	210	369	(43,09)

Plano de Benefícios III

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) - PLANO DE BENEFÍCIOS III			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação
	31.12.17	31.12.16	(%)
1. Ativos	155.888	120.959	28,88
Disponível	32	8	300,00
Recebível	3.814	5.642	(32,40)
Investimentos	152.042	115.309	31,86
Títulos Públicos	64.196	42.791	50,02
Ações	4.831	6.368	(24,14)
Fundos de Investimento	80.597	64.519	24,92
Empréstimos e Financiamentos	2.418	1.631	48,25
2. Obrigações	2.545	377	575,07
Operacional	2.545	377	575,07
3. Fundos não previdenciais	841	424	98,35
Fundo Administrativo	781	412	89,56
Fundos dos Investimentos	60	12	400,00
5. Ativo líquido (1-2-3)	152.502	120.158	26,92
Provisões Matemáticas	150.800	116.698	29,22
Fundos Previdenciais	1.702	3.460	(50,81)

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) - PLANO DE BENEFÍCIOS III			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação
	31.12.17	31.12.16	(%)
A) Ativo Líquido – Início do Exercício	120.158	71.079	69,05
1. Adições	46.196	56.282	(17,92)
Contribuições	33.720	46.411	(27,34)
Resultado positivo líquido dos investimentos – gestão previdencial	12.476	9.871	26,39
2. Destinações	(13.852)	(7.203)	92,31
Benefícios	(13.146)	(6.633)	98,19
Custeio administrativo	(706)	(570)	23,86
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	32.344	49.079	(34,10)
Provisões matemáticas	34.102	56.507	(39,65)
Fundos Previdenciais	(1.758)	(7.428)	(76,33)
B) Ativo Líquido – Final do Exercício (A+3)	152.502	120.158	26,92
C) Fundos não previdenciais	841	424	98,35
Fundo administrativo	781	412	89,56
Fundo dos Investimentos	60	12	400,00

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS (DPT) - PLANO DE BENEFÍCIOS III			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.17	31.12.16	
PROVISÕES TÉCNICAS	155.107	120.547	28,67
1. Provisões Matemáticas	150.800	116.698	29,22
1.1. Benefícios Concedidos	2.500	2.304	8,51
Contribuição Definida	2.500	2.304	8,51
1.2. Benefício a Conceder	148.300	114.394	29,64
Contribuição Definida	148.300	114.394	29,64
Saldo de contas - Parcela Patrocinador(es)	59.792	43.496	37,47
Saldo de contas - Parcela Participantes	88.508	70.898	24,84
3. Fundos	1.762	3.472	(49,25)
3.1. Fundos Previdenciais	1.702	3.460	(50,81)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	60	12	400,00
4. Exigível Operacional	2.545	377	575,07
4.1. Gestão Previdencial	2.527	374	575,67
4.2. Investimentos	18	3	500,00

BRF Previdência			
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO DE BENEFÍCIOS III			
(Em milhares de reais)			
	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.17	31.12.16	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	412	86	379,07
1. Custeio da Gestão Administrativa	858	764	12,30
1.1. Receitas	858	764	12,30
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	706	570	23,86
Custeio Administrativo dos Investimentos	67	108	(37,96)
Taxa de Administração de Empréstimos	34	11	209,09
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	51	32	59,38
Outras Receitas	-	43	(100,00)
2. Despesas Administrativas	(489)	(438)	11,64
2.1. Administração Previdencial	(337)	(312)	8,01
2.1.1. Despesas Comuns	(228)	(131)	74,05
2.1.2. Despesas Específicas	(109)	(181)	(39,78)
Serviços de terceiros	(49)	(144)	(65,97)
Despesas Gerais	(8)	-	100,00
Depreciações e amortizações	(11)	(5)	120,00
Tributos	(41)	(32)	28,13
2.2. Administração dos Investimentos	(152)	(126)	20,63
2.2.1. Despesas Comuns	(136)	(78)	74,36
2.2.2. Despesas Específicas	(16)	(48)	(66,67)
Serviços de terceiros	(7)	(39)	(82,05)
Depreciações e amortizações	(2)	(2)	-
Tributos	(7)	(7)	-
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobre/insuficiência da Gestão Administrativa (1+2+3+4+5)	369	326	13,19
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	369	326	13,19
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	781	412	89,56

*As notas explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e estão disponíveis no endereço eletrônico da BRF Previdência: www.brfprevidencia.com.br, na área de autoatendimento.

10. Parecer dos Auditores Independentes



**Fernando Motta
& Associados**

www.fmotta.br
RUA SANTA RITA DURÃO, 444 – 3º ANDAR – FONE: (0xx) 31 3221
FAX: 3221-1177 – 30.140-110 – BELO HORIZONTE
Av. ALMIRANTE BARROSO, 63/1317 – FONE: (0xx) 21 2262
FAX: 2262-3430 – 20.031-000 – RIO DE JANEIRO

RJPAR 018/009

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Participantes, Conselheiros e Diretores da
BRF Previdência
São Paulo - SP

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BRF Previdência, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, das demonstrações individuais do plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, das provisões técnicas e do plano de gestão administrativa, do exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da BRF Previdência e individual do Plano de Benefícios em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado e por Planos de Benefícios de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 6 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

Continua....

3. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor.

A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que constam do Relatório Anual de Informações. Em conexão com auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de identificar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis e notas explicativas. Nada temos a declarar a respeito de distorções de informações relevantes divulgadas nesse documento.

4. Responsabilidade da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da perenidade do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a solvência e liquidez desses planos, pela avaliação da capacidade da Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a perenidade dos Planos e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração e a governança desejem liquidar os Planos, ou não tenham alternativas realistas para evitar a extinção dos mesmos.

Os responsáveis pela Governança são aqueles, com responsabilidades pela elaboração, supervisão e aprovação das demonstrações contábeis, bem como, pela perenidade dos planos de benefícios assegurando sua liquidez e solvência.

continua

5. Responsabilidade do Auditor

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- d. Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de perenidade do Plano de Benefícios e de Gestão Administrativa e de continuidade operacional da Entidade e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a perenidade dos Planos e capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a liquidação dos planos e de não manter a continuidade da Entidade;

Continua

- e Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, dentre as quais, não abrangem eventuais deficiências significativas nos controles internos da Entidade.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2018.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS

Auditores Independentes
CRCMG – 757/O – F – RJ



Luiz Otávio Souza Rosa
Contador – CRCRJ – 116.523/O



Luiz Alberto Rodrigues Mourão
Contador – CRCRJ – 046.114/O

11. Parecer do Conselho Fiscal



BRF PREVIDENCIA
CNPJ-MF 01.689.795/0001-50


PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da BRF Previdência, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 58 do Estatuto da Sociedade e tendo em vista as disposições da Resolução MPS/CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e suas alterações posteriores, examinou as Demonstrações Contábeis da BRF Previdência referentes ao exercício findo em 31.12.2017, compostas por: Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (consolidada), Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL, Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios (DPT), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios - DPGA e respectivas Notas Explicativas; Parecer Atuarial por plano de benefícios emitido pela Consultoria Atuarial Willis Towers Watson referente os Plano de Benefícios I, II, III e FAF e Parecer dos Auditores Independentes Fernando Motta & Associados. Com base nas análises dos documentos apresentados e no parecer dos auditores independentes, este Conselho é de opinião unânime que as demonstrações contábeis e atuariais estão de acordo com as normas legais e que os mesmos apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31.12.2017, razão pela qual encaminha ao Conselho Deliberativo da BRF Previdência, com parecer favorável a sua aprovação.


São Paulo (SP), 15 de março de 2018



Ronaldo Ferrari
Presidente do Conselho



Paulo Ricardo Magro
Conselheiro



Neilor Nozari Facheco
Conselheiro

12. Manifestação do Conselho Deliberativo

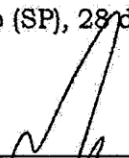


BRF PREVIDENCIA
CNPJ-MF 01.689.795/0001-50

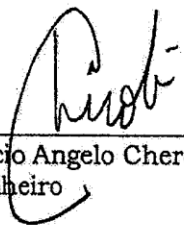
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da BRF Previdência, no cumprimento de suas obrigações que lhe conferem os Incisos III e VII do artigo 38 do Estatuto da Sociedade e tendo em vista as disposições da Resolução MPS/CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e suas alterações posteriores, examinou as Demonstrações Contábeis da BRF Previdência, referentes ao exercício findo em 31.12.2017, compostas por: Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (consolidada), Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL, Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios (DPT), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios - DPGA e respectivas Notas Explicativas; Parecer Atuarial por plano de benefícios emitido pela Consultoria Atuarial Willis Towers Watson referente os Planos de Benefícios I, II, III e FAF e Parecer dos Auditores Independentes Fernando Motta & Associados. Com base nas análises dos documentos apresentados e no parecer dos auditores independentes, este Conselho é de opinião unânime que as demonstra es contábeis e atuariais estão de acordo com as normas legais e que os mesmos apresentam adequadamente a posi o patrimonial e financeira da Entidade em 31.12.2017. Após análise dos documentos supracitados e respaldado pelo Parecer do Conselho Fiscal de 15.03.2018, o Conselho Deliberativo resolve, por unanimidade de votos, aprovar os documentos referentes ao exercício findo em 31.12.2017, os quais serão divulgados a todos os Participantes dos Planos administrados por esta Entidade.


São Paulo (SP), 28 de março de 2018



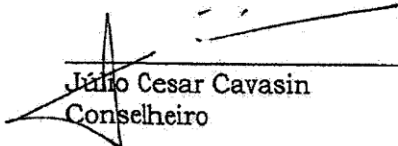
Marcos Roberto Badollato
Presidente do Conselho Deliberativo



Maurício Angelo Cherobin
Conselheiro



Gilberto Antonio Orsato
Conselheiro



J nio Cesar Cavin
Conselheiro

Francisco Ferreira Alexandre

Diretor Superintendente

Rosane von Mecheln

Diretora Administrativa e de Seguridade

Roberto Francisco Casagrande Herdeiro

Diretor de Investimentos